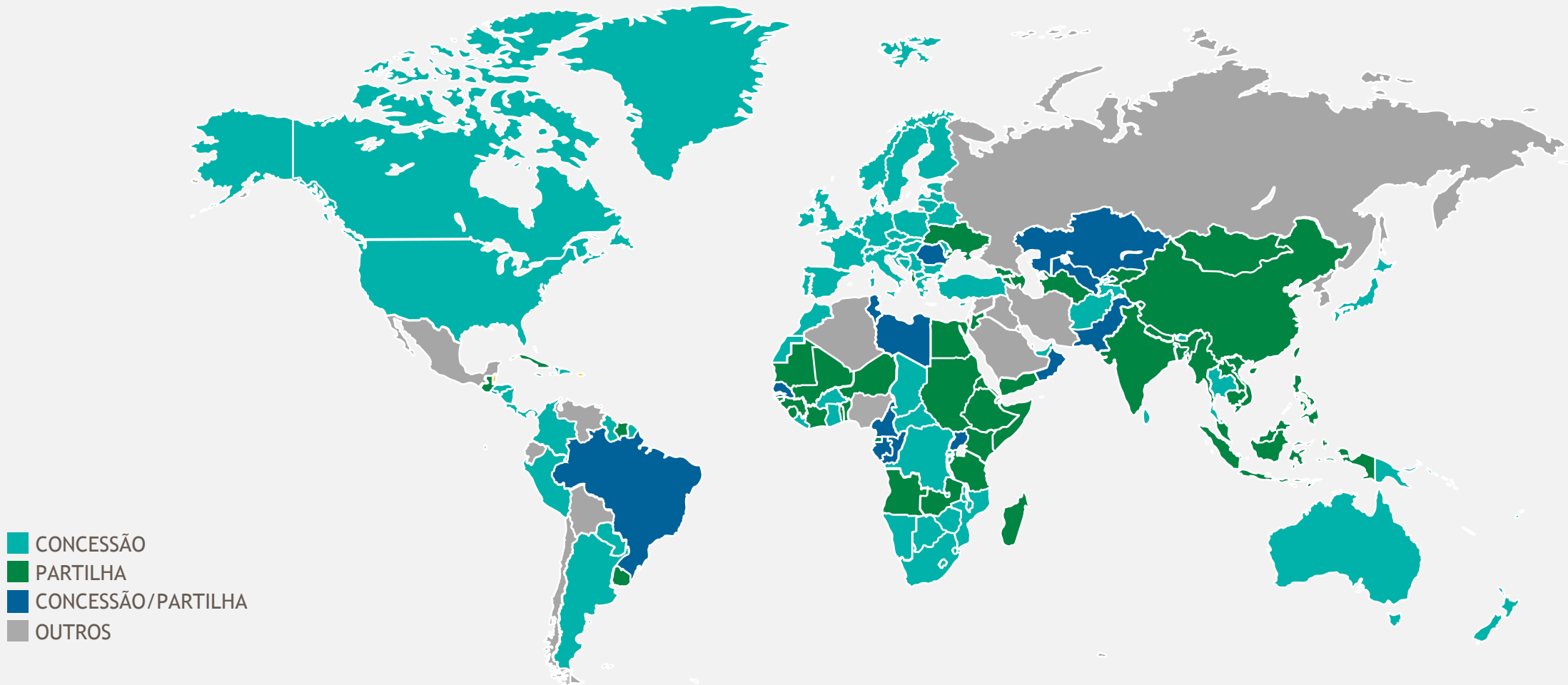


# AVALIAÇÃO DOS REGIMES FISCAIS NO BRASIL: CONCESSÃO E PARTILHA

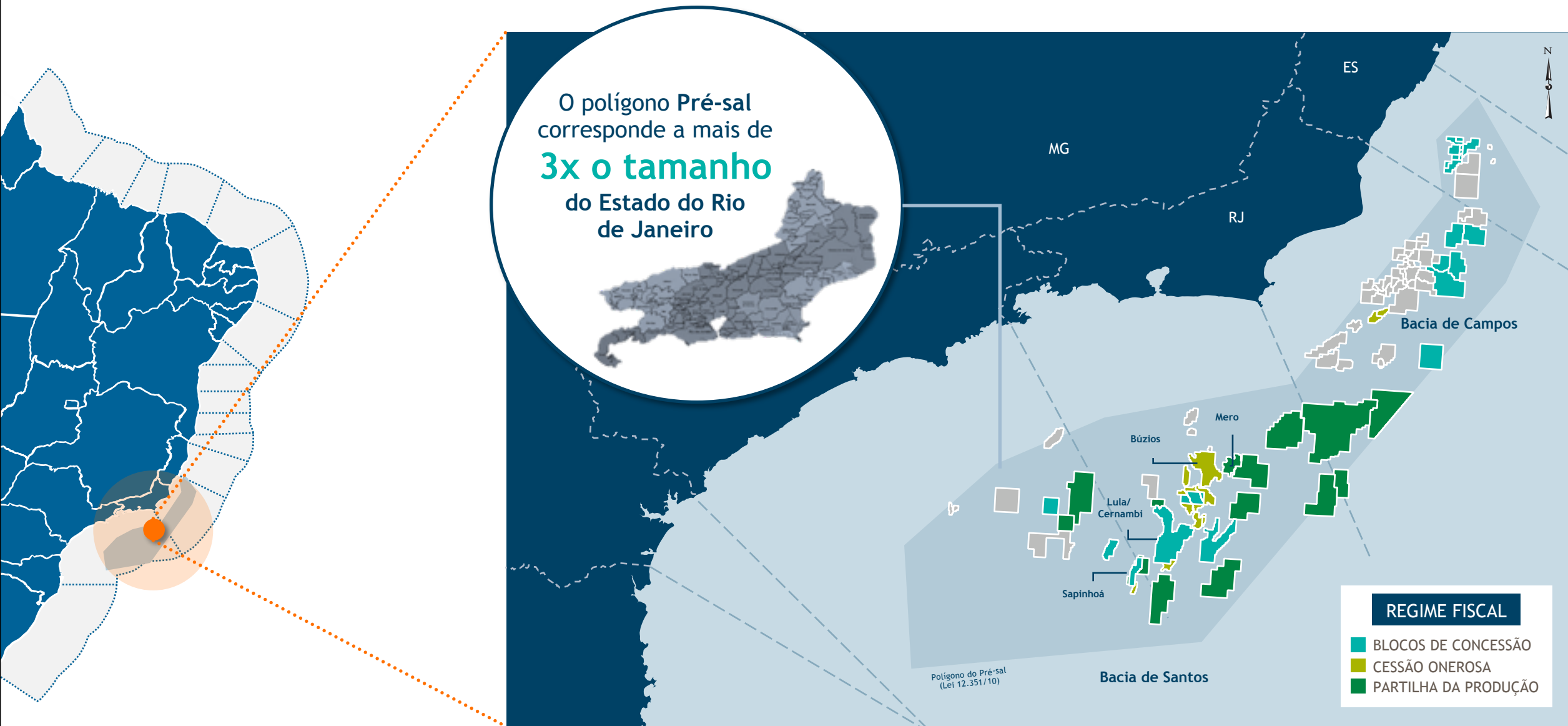
---

# Concessão e Partilha da Produção são os regimes fiscais predominantes na indústria de petróleo

## AQUISIÇÃO DE DIREITOS PETROLÍFEROS - REGIMES ADOTADOS NO MUNDO



No Brasil, a partir de 2010, foi definido o regime de Partilha da Produção para os leilões a serem realizados na área do polígono do Pré-sal

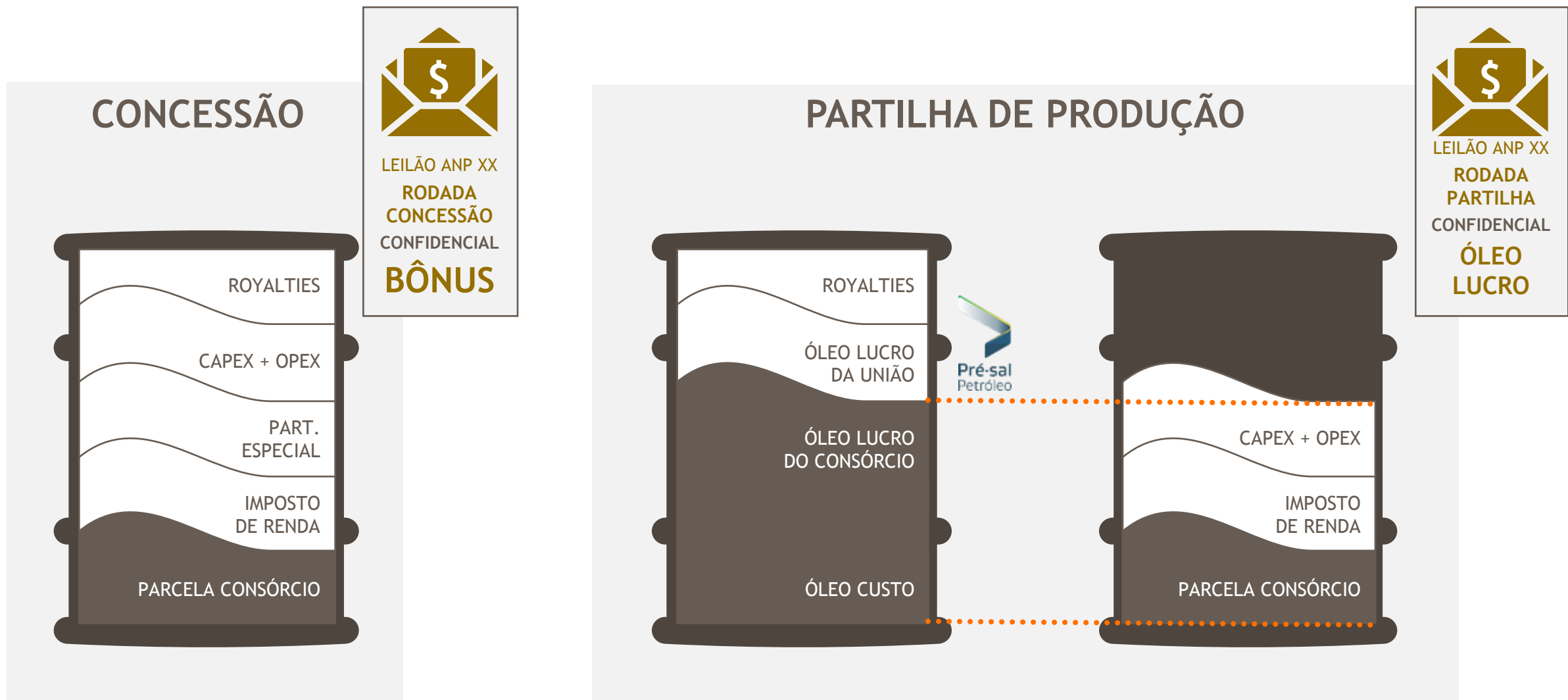


# Na Partilha o governo integra o consórcio via PPSA com poder de decisão na concepção do projeto não necessariamente buscando eficiência, racionalidade econômica e atratividade

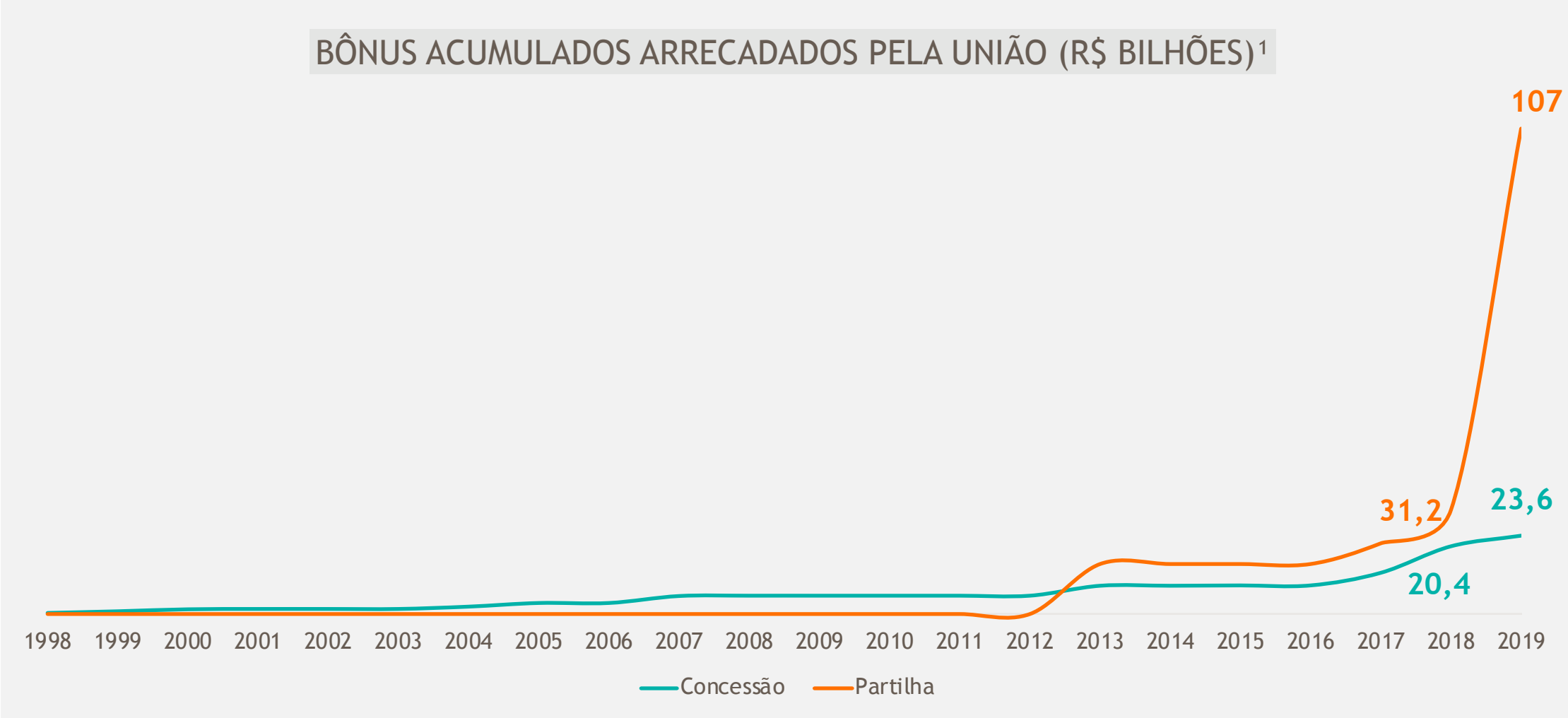
|  | CONCESSÃO   | PARTILHA   |
|--|---|--|
| GESTÃO DO CONTRATO                               | Consórcio privado, seguindo práticas internacionais   | Governo integra consórcio via PPSA, exercendo aprovação do planejamento e execução dos projetos, regulação e controle de custos  |
| FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO                         | ANP   | ANP  |
| PROPRIEDADE DO ÓLEO E GÁS/ RESERVA               | Concessionárias   | Contratadas e União (na figura da PPSA)  |
| RECEITAS GOVERNAMENTAIS                          | <ul style="list-style-type: none"><li>Royalties: 10%</li><li>Bônus ofertado (mínimo + ágio)</li><li>Óleo lucro: Não aplicável</li><li>Participação Especial: de 10% a 40%</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>Royalties: 15%</li><li>Bônus fixo</li><li>Óleo lucro ofertado (mínimo + ágio)</li><li>Participação Especial: Não aplicável</li></ul> |
| CRITÉRIO PARA DEFINIR O VENCEDOR DO LEILÃO       | Oferta de bônus e programa exploratório mínimo  | Oferta de percentual de óleo lucro para a União  |
| DIREITO DE PREFERÊNCIA                           | Não aplicável   | Petrobras possui Direito de Preferência  |
| DESTINO DAS RECEITAS GOVERNAMENTAIS <sup>1</sup> | <ul style="list-style-type: none"><li>União: 60% do GT</li><li>Estados e Municípios: 40% do GT</li></ul>  | <ul style="list-style-type: none"><li>União: 78% do GT</li><li>Estados e Municípios: 22% do GT</li></ul>   |

<sup>1</sup> Exemplo com Óleo Lucro de 40% e Alíquota máxima de PE, em Campo com GT similares

# Na Partilha a Participação Especial é substituída pelo Óleo Lucro da União

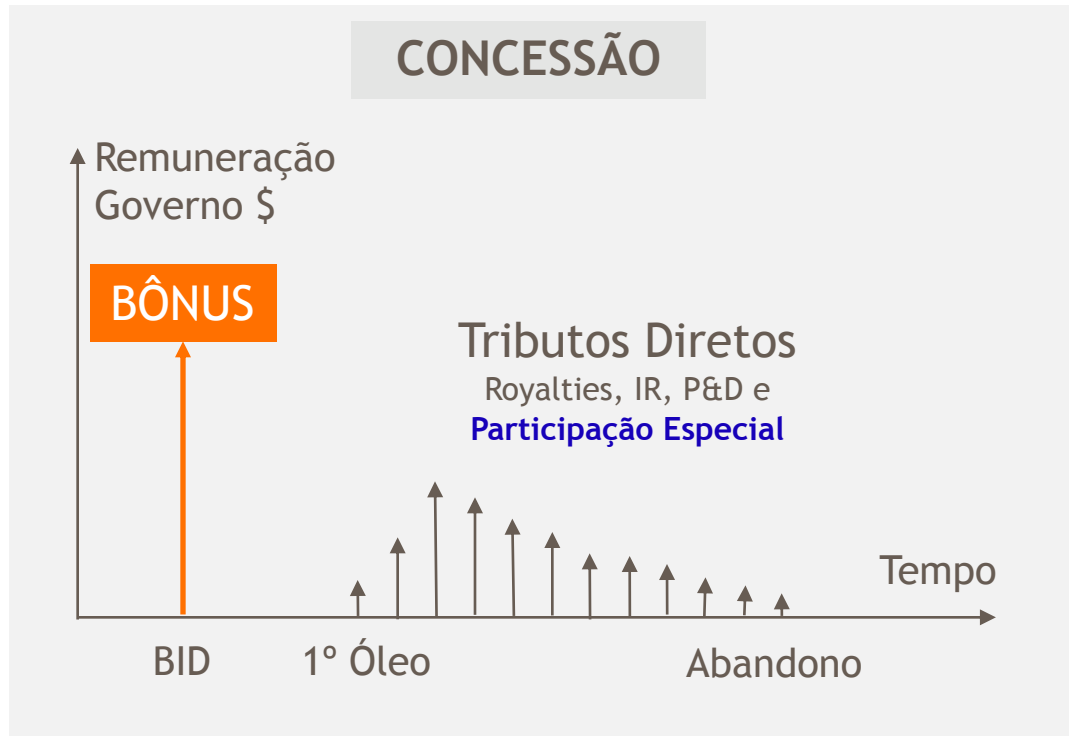


# O valor acumulado arrecadado com os bônus nos leilões de Partilha tem sido superior em função das características de alta produtividade das áreas ofertadas (Pré-sal)

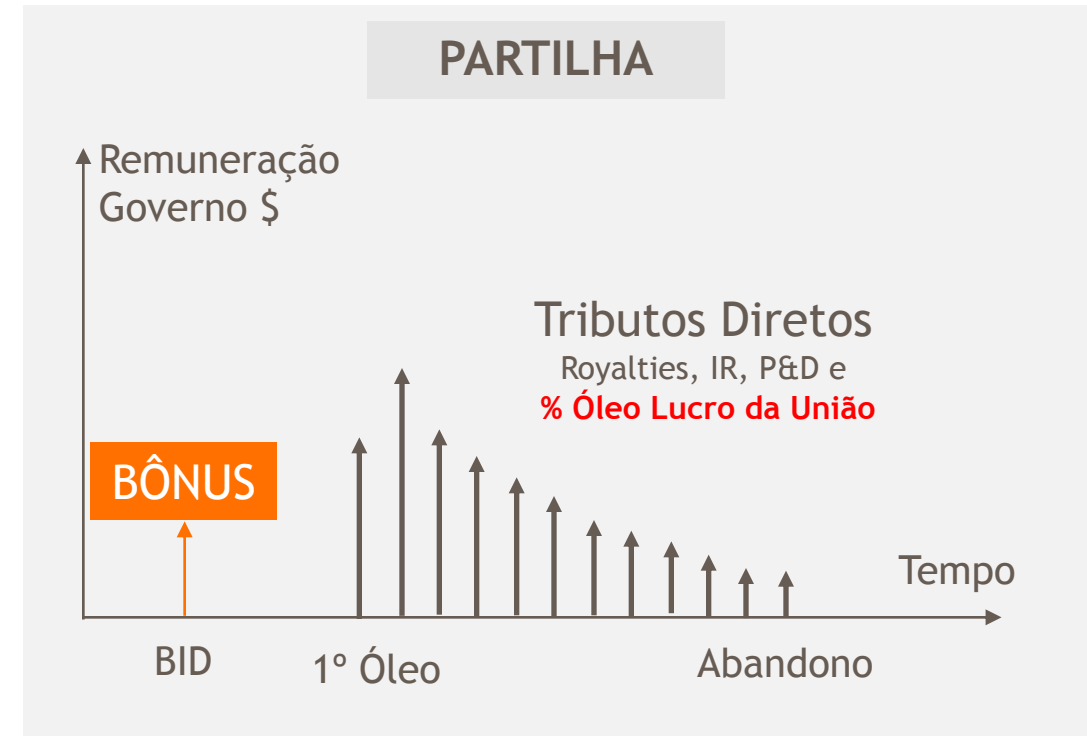


<sup>1</sup> Considera os leilões em andamento: Rodada 16 da Concessão (bônus mínimo), Rodada 6 da Partilha e Excedente da Cessão Onerosa.

Na Partilha os tributos ao longo da produção tendem a ser maiores e o bônus tende a ser menor que na Concessão, por não se tratar de critério de competição



Cenários de insucesso exploratório/comercial tendem a ser mais onerosos para as empresas devido ao maior montante do bônus



Projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente devido ao maior peso dos tributos

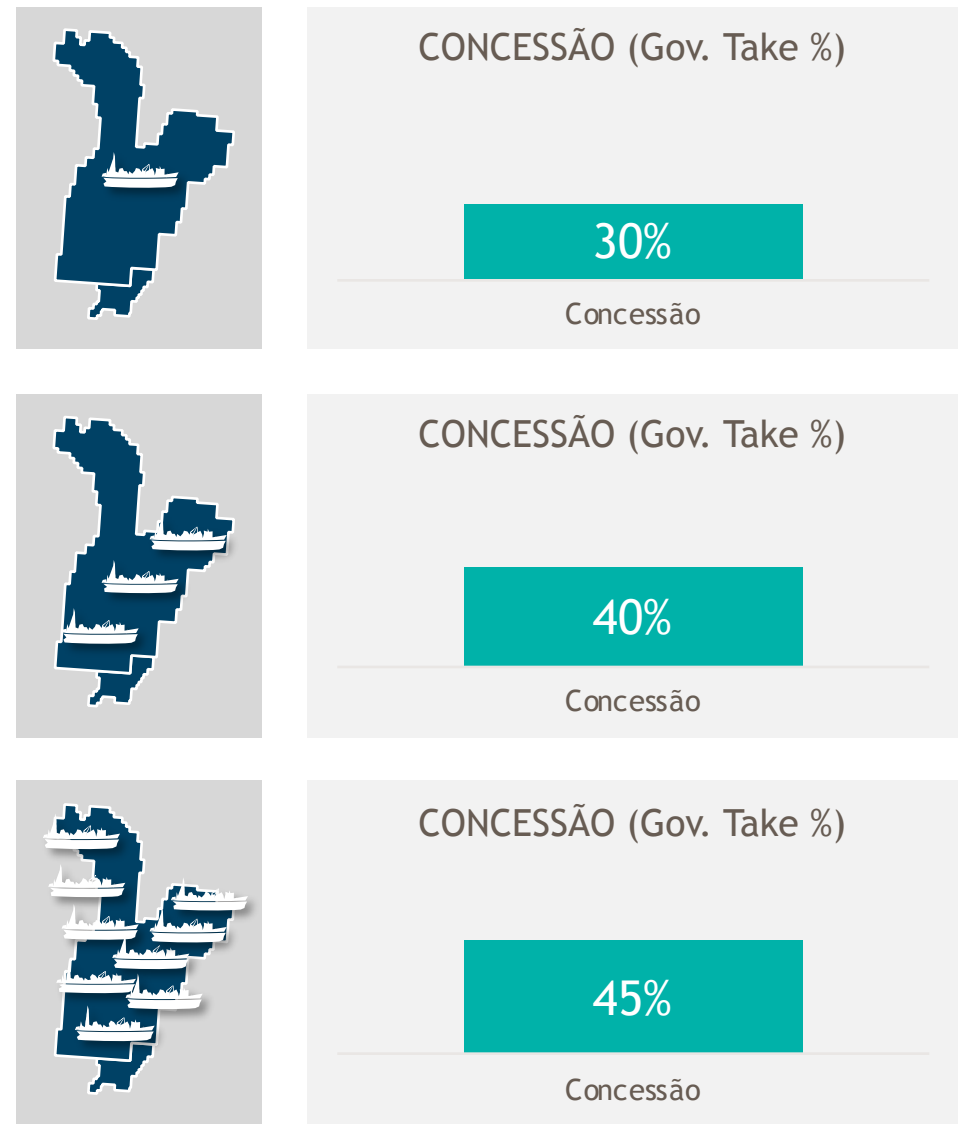
Segundo o Banco Mundial<sup>1</sup>, as características desejáveis de um regime fiscal são:  
neutralidade, estabilidade e progressividade/flexibilidade

|                                   | DEFINIÇÃO   |
|-----------------------------------|---|
| NEUTRALIDADE                      | <p>Não deve incentivar investimentos em áreas com reservatório de baixa produtividade e elevados custos, nem desencorajar investimentos em áreas com bons reservatórios e custos competitivos</p> <p>Tributos não devem alterar o ranking dos projetos quando avaliados economicamente considerando apenas receitas, investimentos e custos operacionais (sem tributos diretos)</p> |
| ESTABILIDADE                      | <p>As regras não devem mudar ao longo do tempo ou as mudanças devem estar bem definidas e claras</p>  |
| PROGRESSIVIDADE/<br>FLEXIBILIDADE | <p>A empresa deve pagar mais tributos quando apresenta lucros elevados e menos tributos no caso de menor rentabilidade do investimento</p> <p>Deve ser flexível para se adaptar às mudanças nas condições macroeconômicas e do campo de petróleo ao longo do tempo que afetam a rentabilidade do projeto</p>  |

<sup>1</sup> World Bank Working Paper 123, Fiscal Systems for Hydrocarbons - Design Issues (Tordo, 2007)

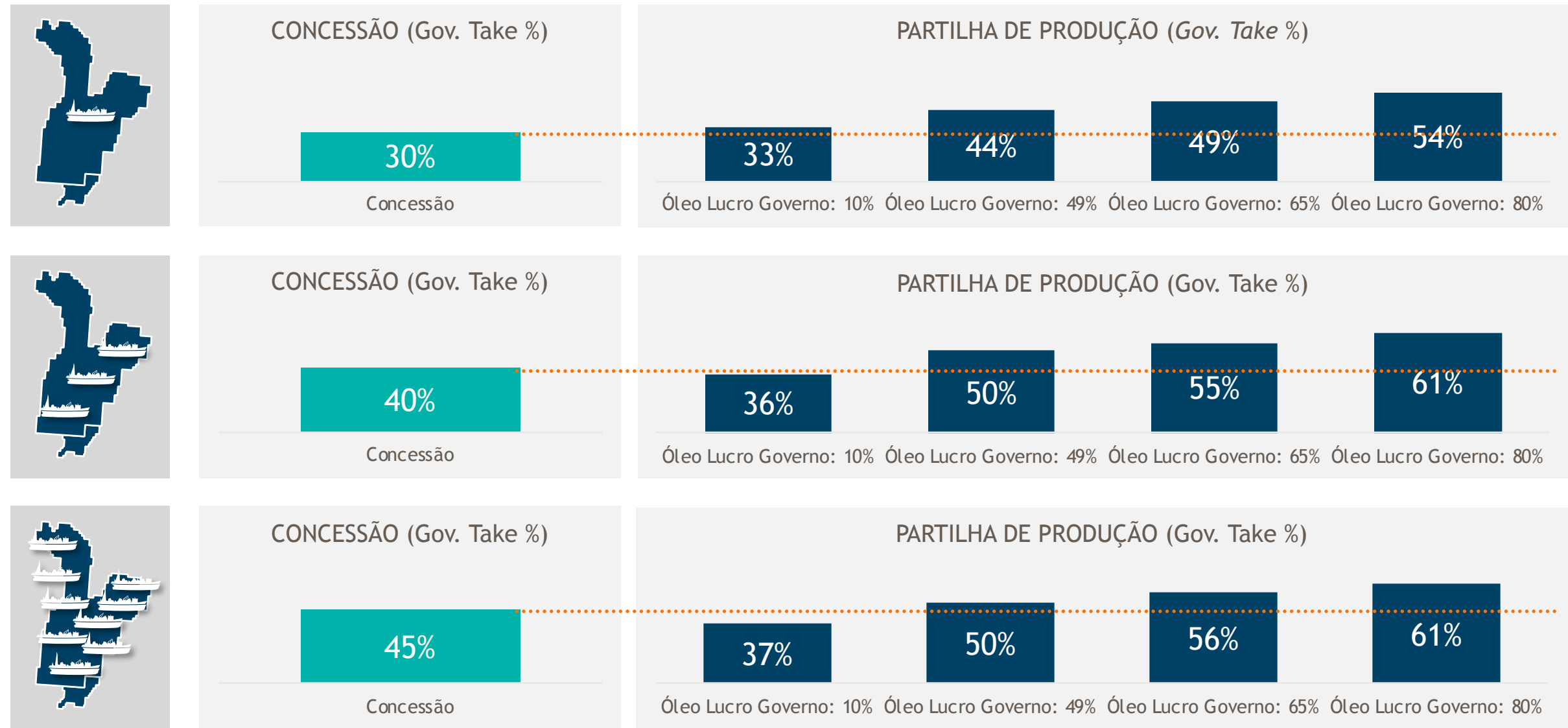


# NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado



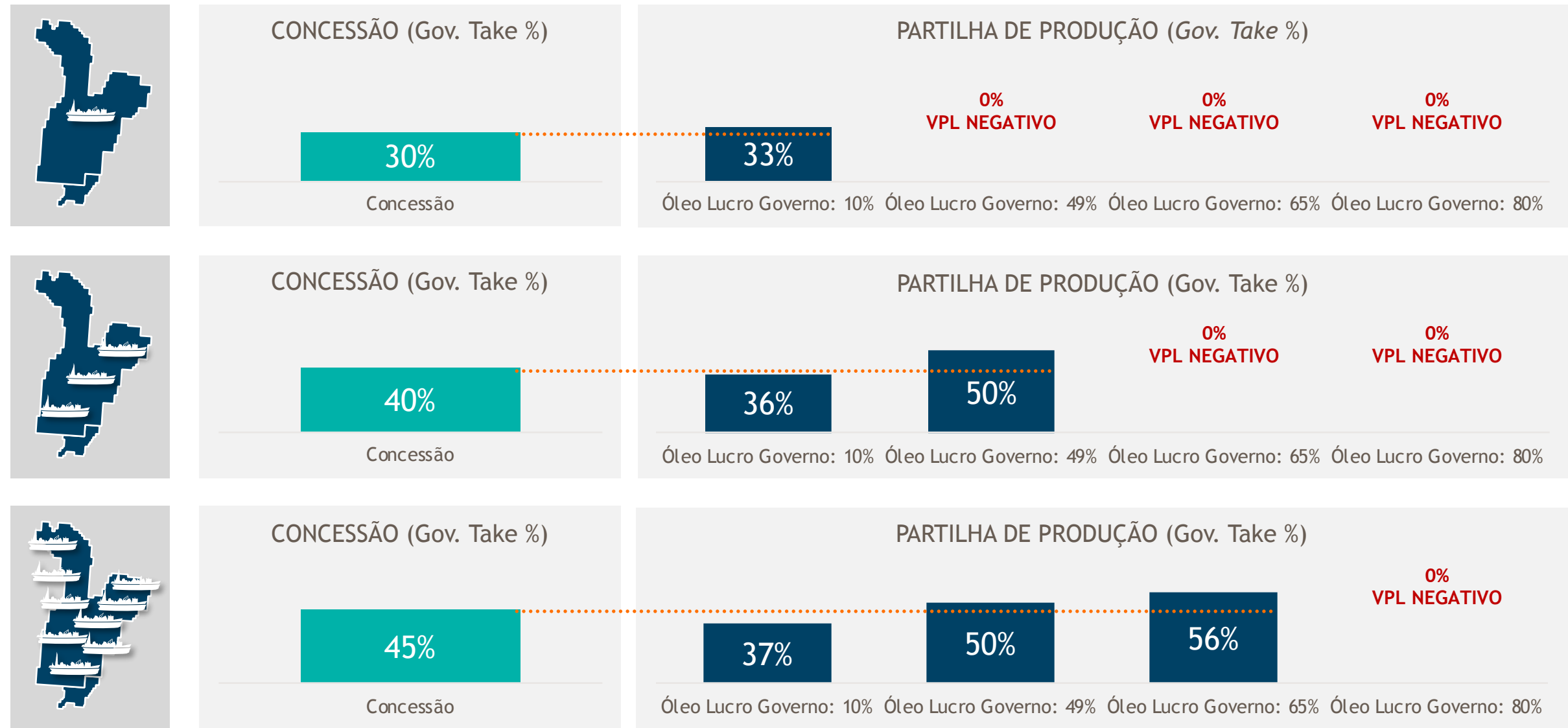
1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.  
2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

# NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado



1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.  
2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

# NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado

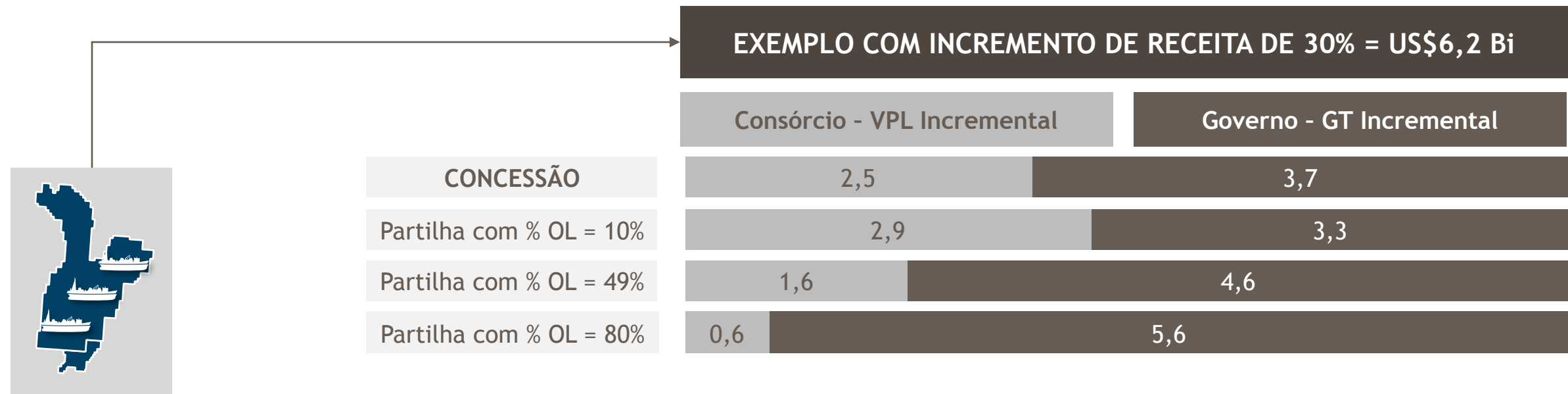


1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.  
2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

# ESTABILIDADE: Incertezas com relação ao reconhecimento de custos pela PPSA é fator de instabilidade no contrato de Partilha



# PROGRESSIVIDADE: Em Partilha, a depender do óleo lucro ofertado, ocorre desequilíbrio entre VPL do Consórcio e Participação Governamental a medida que a receita do campo aumenta



## Conclusões

---

1 O regime de Concessão é mais neutro, estável e progressivo que o regime de Partilha

2 Na Partilha, a interferência do Governo por meio da PPSA, pode impactar a economicidade dos ativos

3 Na Partilha os tributos ao longo da produção tendem a ser maiores a ponto de inviabilizar os investimentos no desenvolvimento de jazidas com alto potencial, impactando a empresa e a arrecadação do Governo